

TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA AVALIAÇÃO FORMATIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO C. A. JOÃO XXII

Miriam Raquel Piazzini Machado*
Cátia Pereira Duarte**
Andréa Vassalo Fagundes Fernandes***

Resumo

O presente trabalho procura explicitar os esforços dos professores do terceiro período da Educação Infantil do Colégio de Aplicação João XXIII (futuro 1º Ano do Ensino Fundamental em Nove Anos) em desenvolver uma avaliação menos classificatória e mais formativa. O tema foi apresentado em duas etapas: uma mais teórica e a outra com o esboço da prática pedagógica desenvolvida.

Palavras-chave: Avaliação formativa. Educação Infantil.

Abstract

This work tries to show the teacher's efforts of the third Children's Education Period in João XXIII Application School (the first year of the nine years Fundamental Education) in developing a less qualify but more graduated assessment. The subject was presented in two stages: one more theoretical and another with a sketch of the developed pedagogic practice.

Keywords: Graduated assessment. Children's Education.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 que “estabelece o Plano Nacional de Educação”, ao tratar dos objetivos e metas relativas ao Ensino Fundamental propunha “*ampliar para nove anos a duração do Ensino Fundamental*”

* Especialista em Psicopedagogia pelo CES/JF, Pedagoga pela UFJF, Vice-Coordenadora do Ensino Fundamental, Professora de 1º e 2º graus do C. A. João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora, Coordenadora do Projeto da Ed. Inf. no C. A. João XXIII.

** Doutoranda em Educação Física e Cultura pela Universidade Gama Filho, Professora de Educação Física do C. A. João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora.

*** Mestre em Educação pela UFF, Diretora de Ensino do C. A. João XXIII, Professora de 1º e 2º graus do C. A. João XXIII.

obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa etária de 7 a 14 anos” e deveria se dar em consonância com a ampliação de vagas na escola pública.

Também a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com a redação dada pela Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, em seu Art. 6º, reforça a idéia de que “*é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no Ensino Fundamental*”.

Em consonância com as referidas leis, planejamos a inclusão das crianças de seis anos no Colégio de Aplicação João XXIII da UFJF. Pensamos que seria necessário refletir sobre uma proposta na qual acreditássemos, ou seja, implantar não somente a indicação governamental mas, também, uma reforma educacional voltada para a formação do conhecimento e para a construção ética dos nossos alunos.

Além disso, fomos motivados pelo Membro do Conselho Federal de Educação e ex-diretor do Colégio de Aplicação, Professor Murílio de Avelar Hingel, que, em uma palestra proferida durante as comemorações dos 40 anos de nosso colégio, nos desafiou a implementarmos o Ensino Fundamental em 9 (nove) anos (crianças a partir de seis anos na escola).

Como era nosso sonho antigo, pois trabalhávamos com o processo de alfabetização, antecipamos o que mais tarde se tornaria uma exigência legal e, em setembro de 2005, apresentamos à Congregação dos Professores, Alunos, Pais e Funcionários do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora um Projeto intitulado “A Inclusão da Educação Infantil no Colégio de Aplicação João XXIII¹”. Se aprovado, esse projeto seria avaliado pelo Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora, a fim de ser implantado no ano letivo de 2006, após as obras e adaptações necessárias para o atendimento às crianças de 6 anos.

Ao construirmos essa proposta, nos preocupamos com questões internas e externas do âmbito escolar, pois o trabalho só seria possível se fosse alicerçado numa construção coletiva entre educadores, família, educandos e escola. No entanto, um dos itens que muito nos inquietava, além de todo o conteúdo programático adequado a essa faixa etária, foi a forma como iríamos desenvolver o processo avaliativo.

Assim, esse texto tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre a implantação do ensino

fundamental em nove anos no C. A. João XXIII, inicialmente como 3º período da Educação Infantil, bem como o percurso do processo avaliativo que subsidiou a nossa prática pedagógica em 2006 e que está em reformulação no ano de 2007/2008.

1. CONSTRUÇÃO DO PROJETO

Estimulados pelas exigências legais que estavam sendo consolidadas e embasados pelo estudo teórico-prático, traçamos os objetivos gerais do nosso projeto no C.A. João XXIII, tendo como fio condutor o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1988)”:

“Oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos alcançando maior nível de escolaridade e proporcionar um novo espaço de oferta e duração do Ensino Fundamental a partir de uma proposta pedagógica apropriada à faixa etária dos 6 (seis) anos, aliado ao compromisso de oferecer mais um campo de estágio para os alunos da UFJF” (2005, p. 3-4).

Levamos também em consideração as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos - para que as experiências didáticas viessem a contribuir para o exercício da cidadania, pautando-se nos seguintes princípios:

“a) O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.; b) O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; c) O acesso das crianças aos bens sócio-culturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética; d) A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; e) O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade”. (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/1998. Vol.1, p. 13).

Assim, para o desenvolvimento desses princípios essenciais, construimos um trabalho baseado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Encontramos nesse documento o reforço a um trabalho pedagógico que considera a importância de atividades lúdicas, e oferece oportunidade a diferentes formas de sistematização dos conhecimentos nas seguintes áreas:

MOVIMENTO - *Contempla a multiplicidade de funções e manifestações do movimento humano, dando oportunidade a um amplo desenvolvimento de aspectos da motricidade, abrangendo uma reflexão acerca das posturas corporais implicadas nas atividades cotidianas, bem como atividades voltadas para a ampliação da cultura corporal de cada criança. (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/1998. Vol. 3, p. 15.);* **MÚSICA** - *É a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/1998. vol 3, p.45);* **ARTES VISUAIS** - *Tal como a Música, as Artes Visuais são linguagens e, portanto, formas importantes de expressão e comunicação humanas, o que, por si só, justifica sua presença no contexto da educação, de um modo geral, e na educação infantil, particularmente. (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/1998, vol 3, p. 85);* **LINGUAGEM ORAL E ESCRITA** - *O trabalho com a linguagem se constitui um dos eixos básicos na Educação Infantil, dada sua importância para a formação do sujeito, para a interação social, na orientação das ações das crianças, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento. Aprender uma língua não é somente aprender as palavras, mas também os seus significados culturais, e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio sócio-cultural entendem, interpretam e representam a realidade. (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/1998, v. 3, p. 117);* **NATUREZA E SOCIEDADE** - *A intenção é que o trabalho ocorra de forma integrada, ao mesmo tempo em que são respeitadas as especificidades das fontes, abordagens e enfoques advindos dos diferentes campos das Ciências Humanas e Naturais. (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/1998, v. 3, p. 163);* **MATEMÁTICA** - *O trabalho com noções matemáticas na educação infantil atende, por um lado, às necessidades das próprias crianças de construir conhecimentos que incidam nos mais variados domínios do pensamento; por outro, corresponde a uma necessidade social de instrumentalizá-las melhor para viver, participar e compreender um mundo que exige múltiplos conhecimentos e habilidades. (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/1998, v. 3, p. 207).*

Isso posto, os Referenciais Curriculares Nacionais apresentam conteúdos básicos e essenciais para o processo a ser desenvolvido em sala de aula. É o trabalho integrado entre as diversas áreas torna-se fundamental, tomando o indivíduo como um todo e considerando sua interação sócio-cultural.

Estudiosos, como Luckesi, (1994) reforçam essa visão da prática pedagógica voltada para a construção de um indivíduo que é social, histórico e cultural:

“Não se pode julgar um indivíduo simplesmente por ter visto o seu rosto. Ele possui muitos outros caracteres, que compõem o todo de sua personalidade e do seu modo de ser. Também a vida de um povo não pode ser julgada simplesmente pelas suas festas. Muitos outros elementos devem entrar nesse processo de caracterização e de julgamento. Para se estabelecer um conhecimento aproximativo do real, importa tomar cada coisa pelo todo, ou seja, por todos os elementos que o compõem dentro de um quadro de nexos e relações. Importa desvendar as relações que constituem o objeto de estudo. Não tomar o particular pelo universal, mas sim procurar no particular o universal. Ou seja, em cada objeto a ser estudado, importa descobrir as características universais. Não são os caracteres individuais da personalidade de Pedro que definem o ser humano, mas certamente em Pedro manifestam-se características universais do ser humano, situado social e historicamente. A ciência é a descoberta do universal que se manifesta no particular. As características das classes trabalhadoras se manifestam em qualquer trabalhador. A identificação desses elementos universais é necessária para a constituição de uma compreensão direta da realidade. Não se pode esquecer que o passado se faz presente em qualquer situação ou objeto do conhecimento ao qual nos dediquemos. Nada se faz abruptamente. Todos os fenômenos naturais ou sociais têm uma gênese, uma história. E essa história, essa gênese é fundamental para se entender o objeto que estamos estudando. Assim, a escola que temos hoje não é a mesma de ontem; mas a escola de hoje é devedora da de ontem. E, em termos de conhecimento, não vamos conseguir compreender bem a escola de hoje sem estudá-la a partir de sua transformação de ontem para o hoje. Nós, em nossa personalidade individual, somos fruto de toda a nossa história de vida. E, assim, cada fenômeno, seja ele da sociedade, ou da natureza” (p. 127).

Nessa perspectiva, buscamos trabalhar os conteúdos ressaltando seu caráter provisório, fazendo relações, estabelecendo as prioridades a partir das realidades trazidas pelos alunos.

É importante ressaltar o papel do professor nesse percurso. Sabemos que no conhecimento denominado direto, como este que acabamos de frisar, a confrontação cognitiva se dá entre sujeito do conhecimento e objeto conhecido. No conhecimento denominado indireto a confrontação se dá entre sujeito do conhecimento e objeto conhecido através da exposição do investigador. Com isso, o que está exposto num texto, num livro, não substitui a realidade. A exposição do professor é intermediária entre o sujeito do conhecimento e a realidade. O autor insiste:

“As duas formas de conhecimento estão articuladas: não há como produzir conhecimento direto da realidade sem se dedicar a uma assimilação crítica dos

conhecimentos anteriormente estabelecidos. Os conhecimentos anteriores servem de ponto de apoio para o avanço da investigação, assim como muitas vezes servem para demonstrar as lacunas onde há necessidade de investigações novas ou mais específicas” (LUCKESI, 1994, p. 129).

Dessa forma, consideramos o professor como mediador entre o conhecimento socialmente construído e o educando. É ele quem detém ferramentas para facilitar o processo de construção do saber. Todavia, o aluno precisa ser considerado um sujeito ativo do processo e, por isso, acreditamos que sua participação seja fundamental em todas as etapas, inclusive na avaliação.

2. AVALIAÇÃO FORMATIVA.

A avaliação na qual apoiamos nossa prática é formativa. Os instrumentos a serem utilizados pelo professor são fundamentalmente a observação e o registro, pois por meio deles, o professor contextualiza os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e a qualidade das interações estabelecidas por elas.

“Esta observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças, ao mesmo tempo que revelam suas particularidades.” (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/1998, vol 1, p. 58-59)

Acreditamos, assim, que a avaliação que desenvolvemos garante o acompanhamento de todo o processo, além de possibilitar ao aluno e à sua família a compreensão do processo ensino-aprendizagem.

Concordamos com Libâneo (1994), ao afirmar que os dados relevantes da avaliação se referem às várias manifestações das situações didáticas, nas quais o professor e os alunos estão empenhados em atingir os objetivos do ensino. A apreciação qualitativa desses dados, através da análise de provas, exercícios, tarefas entre outros, permite uma tomada de decisão para o que deve ser feito em seguida. Para tanto, são tarefas de avaliação: a verificação ou coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos; a qualificação ou comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos com atribuição de notas ou conceitos; e a apreciação qualitativa ou avaliação propriamente dita, referindo-se a padrões de desempenho esperados.

A avaliação escolar cumpre pelo menos três funções: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle. A primeira se refere ao papel da avaliação no cumpri-

mento dos objetivos gerais e específicos da educação escolar; a segunda permite identificar progressos e dificuldades dos alunos e a atuação do professor; e a terceira se refere aos meios e à frequência das verificações e de qualificação dos resultados escolares, possibilitando o diagnóstico das situações didáticas. Essas funções atuam de forma interdependente, não podendo ser consideradas de modo isolado.

A prática da avaliação em nossas escolas tem sido criticada sobretudo por reduzir-se à sua função de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativa às notas que obtiveram nas provas. Os professores não têm conseguido usar os procedimentos de avaliação para atender a sua função educativa.

Em relação aos objetivos, funções e papel da avaliação na melhoria das atividades escolares e educativas, Libâneo (1994) fala de alguns equívocos:

“(...) tomar a avaliação unicamente como o ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos; (...) utilizar a avaliação como recompensa aos “bons” alunos e punição para os desinteressados ou indisciplinados; (...) os professores que, por confiarem demais em seu “olho clínico”, dispensam verificações parciais no decorrer das aulas; (...) professores que rejeitam as medidas quantitativas de aprendizagem em favor de dados qualitativos. Os equívocos aqui apontados mostram duas posições extremas em relação à avaliação escolar: considerar apenas os aspectos quantitativos ou apenas os qualitativos. No primeiro caso, a avaliação é vista apenas como medida e, ainda assim, mal utilizada. No segundo caso, a avaliação se perde na subjetividade de professores e alunos, além de ser uma atitude muito fantasiosa quanto aos objetivos da escola e à natureza das relações pedagógicas” (p. 198-199).

Desse modo, a quantificação deve transformar-se em qualificação, isto é, numa apreciação qualitativa dos resultados verificados, pois a avaliação escolar reflete a unidade objetivos-conteúdos-métodos; possibilita a revisão do plano de ensino; ajuda a desenvolver capacidades e habilidades; volta-se para a atividade dos alunos; ajuda na autopercepção do professor; reflete valores e expectativas do professor em relação aos alunos.

Acreditamos, pois, que a ação pedagógica deva estar alicerçada não a favor da seleção, mas a serviço das aprendizagens. Segundo Perrenoud (1999):

“Toda ação pedagógica repousa sobre uma parcela intuitiva de avaliação formativa, no sentido de que, inevitavelmente, há um mínimo de regulação em função das aprendizagens ou, ao menos, dos funcionamentos observáveis dos alunos” (p. 15)

Para isso, optamos por registrar diariamente os avanços atingidos pelos alunos, suas experiências, as interações estabelecidas com outras crianças, funcionários, professores e bolsistas e acompanhamos os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição.

Elaboramos um Relatório de Desenvolvimento Individual que é apresentado aos pais trimestralmente, após discussão entre os professores que trabalham com a turma.

Ainda é importante ressaltar que os alunos, em tenra idade, são sujeitos ativos - que participam de uma reflexão diária sobre o processo educativo, através da avaliação do dia, expondo sobre sua participação e sobre as aprendizagens atingidas naquele dia, assim como suas dificuldades. No final do trimestre, os alunos são chamados a perceberem os avanços atingidos naquele período².

O relatório de desenvolvimento está em fase de construção e de adaptação, porque também buscamos caminhos alternativos para nossa prática pedagógica.

Os itens do relatório de desenvolvimento individual são construídos pelas professoras, a partir de dados que consideramos relevantes na observação diária registrada.

Apresentamos, a seguir, a forma como está provisoriamente construído o Relatório de Desenvolvimento Individual, podendo ser reformulado e reeditado no decorrer do processo ensino-aprendizagem, assim como ao longo dos anos.

3. RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL

LEGENDA:

S = SIM

ED = EM DESENVOLVIMENTO

AV = ÀS VEZES

N = NÃO

X = OBJETIVO NÃO AVALIADO NESSE TRIMESTRE

1. ASPECTO SÓCIO-EMOCIONAL

- Mostra-se feliz e motivado;
- Estranha novas situações;
- Chora com facilidade;

- Participa espontaneamente de conversas com professor e colegas;
- Participa bem dos trabalhos em grupo;
- Aceita a intervenção da professora;
- Faz amigos com facilidade;
- Trata bem os colegas;
- Mantém a sala e os materiais arrumados, após o usá-los;
- Reconhece a violência como forma negativa de convivência;
- Conhece e respeita as regras criadas pelo grupo;
- Gosta de emprestar seus brinquedos;
- Prefere brincar sozinho.

2. NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

- Participa das atividades com disposição;
- Segue instruções e cumpre ordens dadas;
- Espera sua vez;
- Demonstra responsabilidade;
- Trabalha sem atrapalhar os colegas;
- Tem iniciativa;
- Mantém atenção até o final da atividade;
- Reconhece e identifica a rotina diária.

3. ENRIQUECIMENTO DE EXPERIÊNCIAS:

DEMONSTRA INTERESSE EM:

- Desenhar;
- Pintar;
- Construir;
- Recortar;
- Modelar;
- Colorir;
- Ouvir histórias;
- Ouvir músicas.

4. ASPECTO INTELECTUAL - LINGUAGEM

- Fala com facilidade;
- Apresenta seqüência lógica de pensamento;
- Utiliza vocabulário adequado à faixa etária;
- Relata experiências vividas;
- Reconhece seu nome;
- Escreve seu nome;
- Reconhece outras palavras;
- Reconhece tipos diferentes de textos;
- Demonstra gosto pela leitura como fonte de entretenimento;
- Lê pequenas histórias ou livros de literatura infantil;
- Identifica rótulos e produtos;
- Participa em situações de escrita;
- Compõe pequenas histórias;

- Demonstra interesse em aprender a escrever.

5. ASPECTO INTELLECTUAL: CONCEITOS MATEMÁTICOS

- Reconhece os numerais apresentados;
- Relaciona quantidade ao numeral correspondente;
- Compreende os conceitos matemáticos explorados (tamanho, forma, espessura, comprimento, volume, altura, largura, peso e temperatura);
- Identifica direita e esquerda;
- Percebe seqüência existente numa série;
- Ordena números naturais (ordem crescente, decrescente, antecessor e sucessor).

6. MÚSICA

- Demonstra estímulo ao exercitar sua criatividade nas atividades musicais;
- Discrimina algumas das qualidades do som: intensidade, timbre e andamento;
- Aprecia as músicas folclóricas e regionais;
- Tem aprimorado a acuidade auditiva;
- Dramatiza temas propostos em sala de aula;
- Dramatiza com espontaneidade temas propostos nas aulas;
- Distingue as famílias dos instrumentos musicais;
- Demonstra interesse em cantar as músicas ensinadas;
- Demonstra interesse em se apresentar em público.

7. ARTES

- Demonstra criatividade na realização das atividades;
- Explora bem os limites do papel;
- Usa adequadamente tinta;
- Usa adequadamente lápis e caneta;
- Usa adequadamente tesoura;
- Usa adequadamente cola;
- Identifica formas geométricas;
- Identifica as cores primárias;
- Identifica as cores secundárias;
- Identifica os tipos de linhas (reta, curva, ondulada, quebrada).

8. EDUCAÇÃO FÍSICA

- Interesse pelos conhecimentos do corpo bem como pelas possibilidades de movimento;
- Apresenta esquema corporal quando em movimento;
- Identifica e explora os ambientes, preservando o espaço físico;
- Identifica e explora os materiais, preservando os objetos;

- Estabelece relações afetivas com o professor, colegas e funcionários;
- Vivencia, explora e diversifica as ações presentes nas práticas corporais (jogos, brincadeiras, esportes, ginásticas, danças e lutas);
- Identifica o ritmo do grupo e traça um ritmo próprio;
- Produz conhecimentos através de obras artísticas (expressão corporal, confecção de brinquedos entre outros).

9. NATUREZA E SOCIEDADE

- Reconhece a importância dos hábitos de higiene para ter boa saúde;
- Valoriza e compreende a importância do ambiente escolar para o desenvolvimento individual e coletivo;
- Valoriza atitudes de manutenção e preservação dos espaços coletivos e do meio ambiente.

10. OBSERVAÇÕES:

Nesse item são registrados comentários sobre a criança, facilitando observações individualizadas.

O processo de implementação dessa avaliação é coletivo, ou seja, os professores da turma se reúnem para dialogar e buscar um consenso sobre o desenvolvimento de cada aluno. Não é um procedimento fácil, pois cada um observa o aluno segundo uma faceta, dependendo inclusive das possibilidades de suas disciplinas. Nesse momento, buscamos um consenso. Procuramos, dessa forma, evitar desvios nos registros individuais apresentados, chegando mais próximo da realidade de cada criança.

Por essas pressuposições, anotamos as observações específicas sobre cada criança, conforme seu desenvolvimento, progressos, etc. Montamos duas pastas, (uma é específica de Artes e a outra contém atividades relacionadas aos outros conteúdos) contendo todas as atividades produzidas pelos alunos a cada trimestre. Cada pasta possui uma introdução com uma pequena descrição das Unidades trabalhadas.

Outro exemplo é o da Educação Física. Fazemos apresentações artísticas de uma turma para outra, atividades com os pais, confecção de brinquedos e instrumentos musicais, filmagens das aulas para acompanhar o desenvolvimento das crianças, organizamos um diário de campo para refletir com as outras profes-

ras os avanços individuais e coletivos.

Além disso, temos o cuidado de colocar fotos das crianças em seus relatórios para que os pais cultivem a memória desse processo dos seus filhos; e ainda anexamos uma carta que informa aos pais sobre os trabalhos realizados, assim como o caráter provisório e parcial dos registros que fazemos, pois é apenas um dos olhares possíveis.

É importante registrar que uma avaliação formativa não depende somente dos registros das aulas. A avaliação escolar confirma ou não se alcançamos nossos objetivos. Identifica progressos e dificuldades do processo de ensino-aprendizagem, e como também oferece dados que precisam ser explorados, refletidos com os alunos e com os pais, para então possibilitar a formação dos sujeitos, a cada oportunidade de auto-construção.

CONCLUSÃO

Ao avançarmos em direção a uma avaliação mais qualitativa, procuramos também contribuir para a construção da história pessoal de cada criança, traçando metas que possibilitarão avanços futuros, redirecionando, assim, a prática pedagógica.

Esperamos que nossa experiência contribua para a reflexão de outros profissionais que, como nós, apostam no oferecimento de uma Educação Básica de qualidade, para um número significativo de crianças em idade escolar.

NOTAS

1 Futuro 1º ano do Ensino Fundamental em 9 (nove) anos.

2 No início do ano letivo, em abril, foi feita uma entrevista, para diagnosticarmos em qual fase de construção da leitura e da escrita cada criança se situava. Além disso, a entrevista constava de perguntas relacionadas a conceitos matemáticos. O objetivo não era o de classificar, mas sim buscar compreender o conhecimento que a criança já havia construído, como ponto de partida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de educação física. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

FERNANDES, Andréa Vassalo Fagundes; MACHADO, Miriam Raquel Piazzini Machado. Projeto de Ensino: A Inclusão da Educação Infantil do Colégio de Aplicação João XXIII (publicação interna do C. A. João XXIII/ UFJF), 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação – Da Excelência à Regulação das Aprendizagens – Entre Duas Lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Data de envio para publicação: 04/07/2007

